

TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS: APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO SESC NA ÁREA DO LAZER E DA CULTURA¹

José Carlos Ferrigno²

RESUMO

O SESC – Serviço Social do Comércio – é uma instituição mantida pelos empresários do comércio que há 42 anos possui um programa de atendimento às pessoas idosas. Em 1963, o SESC São Paulo formou o primeiro grupo de convivência de idosos no Brasil, mudando o conceito de atendimento ao idoso. Até aquele momento, além do asilo para idosos pobres e doentes, não havia outras alternativas de participação social. Os objetivos do Trabalho Social com Idosos no SESC são: a socialização para a formação de amizades e vínculos afetivos; a atualização de conhecimentos para uma adaptação a uma sociedade de aceleradas mudanças; o desenvolvimento de habilidades em áreas como música, teatro, dança, artes plásticas, atividades corporais; a reflexão sobre o envelhecimento para que o idoso possa melhor compreender esse fenômeno em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais; a elaboração de novos projetos de vida para uma auto-satisfação e para o aproveitamento das potencialidades do idoso em prol da comunidade; a prevenção e manutenção da saúde através de hábitos saudáveis (atividades físicas, boa alimentação, sono reparador etc.), fatores decisivos para o prolongamento da vida com qualidade; a integração às demais gerações aprofundando o processo de inclusão social da pessoa idosa e propiciando igualmente a participação comunitária de outros segmentos etários.

Palavras-chave: trabalho social com idosos; grupos de convivência; lazer e terceira idade

SOCIAL WORK FOR ELDERLY PEOPLE: SESC'S PIONEER EXPERIENCE IN THE LEISURE AND CULTURE FIELD

ABSTRACT

SESC – Social Service of the Commerce – an institution supported by the Brazilian trade entrepreneurship, has been maintaining for 42 years a program devoted to elderly people. In 1963, SESC Sao Paulo organized the first conviviality group for elders in Brazil, changing the concept of service for seniors. Until that moment, there were no alternatives for social participation, besides homes for poor and sick elders. The objectives of Social Work with Seniors at SESC are: the socialization, aiming at the making friends and developing affective ties; the updating

¹ Artigo recebido em 23 de outubro de 2006 e aceito para publicação em 21 de novembro de 2006

² Psicólogo, Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

Especialista em Gerontologia pela SBGG, pelo Instituto Sedes Sapientiae e pela Universidade de Barcelona. Pesquisador da Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC São Paulo. Editor da revista "A Terceira Idade" do SESC São Paulo. Coordenador do Programa Sesc Gerações do SESC SP. Autor do livro "Co-educação entre gerações", pela Editora Vozes

of knowledge, aiming at the adaptation in a rapidly changing society; the development of abilities in fields such as music, theater, dance, visual arts, and physical activity; the reflection about aging, so that seniors can better understand it in its physical, psychic and social aspects; the building of new life projects for self-satisfaction and to take advantage of the senior's potential to benefit the community; the prevention and the maintenance of health through healthy habits (physical activity, good nourishment, restorative sleep etc.), factors that are decisive by extending life with quality. The integration with other generations, thus deepening the senior's social inclusion process and allowing the participation of other age groups in the community's life.

Key words: social work for elderly people; conviviality groups; leisure and third age.

BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE LAZER PARA IDOSOS

O atendimento a pessoas idosas em centros de convivência, segundo Attias-Donfut (1976, p.1-10), surgiu nos EUA na década de 40. Em 1966, a "Administration on Ageing" e o "Nacional Council on Ageing" contabilizaram 340 "Sênior Citizen Centers" naquele país e, em 1970, mais de 1200. Na França, em 1975, ainda segundo essa pesquisadora, havia cerca de 7.000 clubes para pessoas idosas.

Até o início dos anos 60, a questão social dos velhos não constava da agenda da sociedade brasileira. O Brasil ainda era visto como um país jovem. De fato, tínhamos pouco mais de 5% de pessoas maiores de 60 anos. Por seu número relativamente reduzido e pelo isolamento social, esse contingente não possuía suficiente visibilidade.

Naquela época, as poucas ações sociais propostas para os velhos tinham um caráter assistencialista, ou seja, serviam somente para suprir algumas carências básicas, como forma de minorar o sofrimento decorrente da miséria e da doença. Nessa perspectiva, as ações para esse setor confundiam-se com a caridade e, na sua maior parte, efetivavam-se através de instituições asilares, mantidas pelo Estado ou por congregações religiosas, com a finalidade exclusiva de garantir a sobrevivência

física do idoso. Não havia, portanto, alternativas de convivência e participação para o idoso saudável física e mentalmente. Embora ainda hoje persistam crônicas insuficiências na assistência ao idoso saudável e ao idoso doente, naquele momento, a inexistência de políticas governamentais para melhorar sua qualidade de vida; as precárias condições culturais em prol de um envelhecimento sadio; as baixas aposentadorias; a inadequação das cidades às condições físicas dos velhos; a progressiva transformação da família extensa para a família nuclear, as dificuldades de acesso a programas de cultura e lazer, entre outros fatores, têm sido decisivos para a marginalização dos velhos, gerando sentimentos de solidão, insegurança e baixa auto-estima.

Nesse contexto nasceu, em 1963, o Trabalho Social com Idosos do SESC São Paulo, programa pioneiro no país e possivelmente na América Latina. Nesse ano, um pequeno núcleo de aposentados do comércio foi formado na unidade do SESC Carmo, na capital paulista. Um passo importante para essa iniciativa partiu de uma equipe de técnicos dessa entidade, que no ano anterior, em visita aos EUA conheceu equipamentos de lazer utilizados por pessoas dessa faixa etária.

Esse primeiro grupo de convivência foi chamado de "Carlos Malatesta", em homenagem ao assistente social, precocemente falecido, que o organizou, através de convites a comerciários aposentados que

continuavam a fazer suas refeições no amplo restaurante daquele centro social e que ali permaneciam após o almoço, sem alternativas de preenchimento de seu tempo livre. Ao mesmo tempo, aposentados das mais diversas profissões foram também convidados por técnicos do SESC enquanto aguardavam nas filas dos institutos de previdência da época o momento de receberem seus salários. Outros idosos, moradores da região, também foram atraídos para essas reuniões. A estes somente restavam os bancos das praças do centro velho de São Paulo, principalmente da praça da Sé e imediações, como locais para “assistirem a vida passar”.

Comemorações de aniversários, bailes, festas, passeios, além de jogos de salão constituíram-se nas primeiras atividades de lazer. Ao mesmo tempo em que as atividades desse grupo foram se diversificando, outros grupos foram surgindo em outros centros do SESC da capital e do interior de São Paulo e, posteriormente, em outros centros sociais do SESC em outros estados. Durante os anos 80, por iniciativa de instituições de ensino superior, aos centros e grupos de convivência se somaram as faculdades abertas à Terceira Idade, objetivando, além da socialização, incrementar os conhecimentos do idoso sobre si mesmo e sobre um mundo em cada vez mais aceleradas transformações.

Curiosamente, durante os primeiros momentos de funcionamento, o grupo “Carlos Malatesta” foi exclusivamente masculino. Aos poucos, porém, as esposas dos participantes foram a ele se incorporando e hoje, como ocorre com os todos os núcleos de Terceira Idade do país, as mulheres representam ampla maioria nesse grupo, decorrência do fenômeno que Carmen Delia Sánchez Salgado (2002, p. 7-17) chama de “feminilização da velhice”.

Além da maior longevidade feminina, uma conjunção de outros fatores explica a supremacia numérica das idosas nessas nucleações. Os homens tendem a trabalhar durante mais tempo. Muitos deles, aliás, além da

necessidade de subsistência, supervalorizam o trabalho, não se permitindo momentos de lazer, atitude que os afasta dos centros e grupos de convivência. Certas atividades de lazer como ginástica, dança, música, artesanato, teatro, podem ser consideradas “femininas” na avaliação de homens idosos com pouca escolaridade e pouca familiaridade com práticas culturais e artísticas, conforme depoimentos de idosos frequentadores dos centros sociais do SESC que recolhemos ao longo de vários anos. Devemos, ainda, considerar que, embora o perfil da pessoa idosa esteja mudando, os homens nessa fase da vida ocupam com maior desenvoltura os espaços públicos, como praças e bares. Por outro lado, mulheres idosas se sentem mais acolhidas e protegidas em grupos de convivência, como atestam inúmeros depoimentos que recolhemos em nosso dia a dia de trabalho, ressaltando o “ambiente familiar” e, portanto, mais seguro, de instituições como o SESC. Enquanto as mulheres são maioria nos grupos de convivência, os homens são majoritários nas associações de aposentados e pensionistas, espaços onde a combatividade política é mais acentuada. Provavelmente esse fenômeno se relacione ao engajamento nas lutas sindicais por melhores aposentadorias e por reivindicações mais amplas.

As atividades desenvolvidas em grupo exercem no idoso um poder restaurador da afetividade, da auto-estima, da autoconfiança e até um sentimento de capacidade de retorno à atividade produtiva. A sensação de pertencimento, de fazer parte de um grupo, é fundamental para o idoso, como é, aliás, para qualquer pessoa, e está relacionada tanto à sua identidade quanto à sua subjetividade. Segundo Novaes (1997, p.161), “a construção da subjetividade é feita através de múltiplas interações com o meio. A identidade não é uma noção estática e constante, mas sim relativa ao que ‘Eu fui’, ‘Eu sou’ e ‘Eu serei’. Já a identificação supõe um sentimento de pertencer e de fazer parte do grupo ou

coletividade.” No idoso, esses pontos são acentuados em face da exclusão que gradualmente passa a minar seu processo de envelhecimento.

Nas décadas mais recentes, não foi somente o perfil demográfico do brasileiro que mudou. A maior presença dos idosos nos espaços públicos não se deve apenas ao incremento demográfico desse contingente etário, mas também à mudança do comportamento dessas pessoas. Movidos pelo desejo de viver mais intensamente, tornaram-se mais participantes, mais reivindicativos, resultado das oportunidades de educação informal que tiveram em instituições socioculturais públicas e privadas, dentro de vários modelos de atendimento, como grupos de convivência e faculdades abertas à Terceira Idade.

OBJETIVOS DO TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS

Nos anos 60 e 70, foram criados os primeiros grupos de convivência para que o idoso tivesse a oportunidade de estabelecer vínculos de amizade, compartilhando preocupações, angústias, sonhos e expectativas com aqueles que viviam uma problemática semelhante. Como objetivos gerais dessa ação podemos considerar a busca por uma efetiva inclusão e valorização social através da:

- Melhoria de sua qualidade de vida em seus múltiplos aspectos (material, econômico, emocional, cultural e social);
- Exercício pleno de sua cidadania, entendendo que esta é composta por direitos, mas também por deveres junto à coletividade. Simultaneamente, como direito e dever, lembremos a função do idoso como educador e a importância do repasse de seus conhecimentos às novas gerações.

Os grupos de convivência podem promover a qualidade de vida e o exercício da cidadania, ao atingirem os

seguintes objetivos específicos:

- Socialização ou ressocialização: responde às necessidades associativas, de confraternização, de convívio com pessoas de hábitos e valores semelhantes através de diversas formas de encontro e atividades sociais, culturais e recreativas. O sentimento de pertencer a um grupo é inerente e imprescindível a todo ser humano. Zimerman (1997) explica que entre essas oportunidades pode-se encontrar elementos que constituem fatores terapêuticos como: a abertura de um novo espaço no qual as emoções possam ser extravasadas; o grupo pode representar um canal de comunicação entre o idoso e a família;
- Atualização de conhecimentos: a ampliação do universo cultural, através do aumento de informações sobre o mundo atual é muito importante para a inclusão do idoso em uma sociedade caracterizada por rápidas e profundas transformações. Souza (1996) afirma que o viver é um ato tanto social como cultural. O viver depende da cultura na qual se está inserido, significando que o espaço do idoso não deve estar comprometido com preconceitos e estereótipos, da mesma forma que o exercício de sua cidadania não pode ser impedido pela retirada de sua autonomia, de seu poder de decisão, de sua participação social e de sua condição econômica;
- Desenvolvimento de novas habilidades: através de oficinas de criatividade e de outros processos, o idoso tem a oportunidade do desenvolvimento de novas linguagens de expressão nas áreas de música, teatro, dança, artes plásticas e atividades corporais. Para De Masi (2003, p. 594), um grupo criativo representa “um sistema coletivo em que operam

sinérgicamente personalidades imaginativas e personalidades concretas (...). No grupo, cada um contribui com o seu melhor e com entusiasmo no compartilhamento das tarefas. Com o exercício da criatividade, o idoso pode resgatar capacidades eventualmente reduzidas em função do próprio processo de envelhecimento, dinamizando suas funções cognitivas, como: memória, pensamento lógico, capacidade de aprendizagem, entre outras (STELLA, 2004);

- Reflexão sobre o envelhecimento: o conhecimento dos fatores determinantes do processo de envelhecimento em seus aspectos físico, psíquico e social é fundamental para uma satisfatória adaptação a essa fase da vida. A desmistificação de concepções pseudocientíficas (falsamente otimistas ou pessimistas) e o combate a mitos e preconceitos propiciam a segurança e o equilíbrio emocional necessário para o enfrentamento das perdas reais e, portanto, inevitáveis, típicas dessa fase da vida. O conhecimento de si mesmo e de suas condições constitui um direito pelo qual a bioética vem lutando bravamente. Esse conhecimento possibilita ao idoso autonomia para tomar suas decisões ou participar ativamente do respectivo processo, quando seu conhecimento não alcançar todas as esferas envolvidas em algum problema. Goldin (2006 p. 1) defende que o “simples fato de ser velho não impede o indivíduo de tomar suas decisões e exercer plenamente a sua vontade pessoal, baseado em seus valores”;
- Desenvolvimento de Novos Projetos de Vida: contempla a reflexão sobre as amplas possibilidades de ocupação do tempo livre, através de atividades sociais, culturais, políticas, de lazer, além do voluntariado e até de uma nova

carreira profissional. Segundo De Masi (2000, p. 246), muitas vezes as pessoas não estão preparadas para ter tempo livre (aposentar-se). E a falta de perspectiva para uma vida ainda produtiva faz com que elas se sintam condenadas a viver na inatividade, “simplesmente esperando a hora de morrer”;

- Integração às Demais Gerações: através de atividades conjuntas nas quais o idoso tem a oportunidade do convívio com outras faixas etárias, ensinando e aprendendo com crianças, adolescentes e adultos mais jovens. A troca de experiências funciona como uma “quebra” de barreiras intergeracionais. A experiência do idoso não está relacionada basicamente com seus conhecimentos técnicos, e sim com a sua visão da vida e do mundo, com o conhecimento das questões psíquicas e sociais que vivenciou. Com espaço para expressar-se, ele poderá até ter respostas para temas contemporâneos referentes a crises individuais e a conflitos entre grupos, por exemplo. Ademais, como afirma Bruno (2004, p.74), em relação ao jovem, há que se “cultivar uma cultura da tolerância, onde o respeito às diferenças seja o valor fundamental, considerando o ser humano como prioridade absoluta, independente de sua faixa etária”.

Relativamente à importância da integração intergerações, vale a seguinte reflexão que fizemos em trabalho anterior:

Se, por um lado, os grupos de convivência de idosos têm o mérito de favorecer a formação de amizades, quebrando o isolamento social dos velhos, por outro, a partir de observações de determinados grupos, independentes ou

pertencentes a entidades, podemos constatar o risco de um fechamento excessivo de tais grupos em si mesmos. Muitas associações de idosos não mantêm contatos com outras faixas etárias. Algumas tendem mesmo a evitar interações com pessoas de outra geração, configurando-se, assim, em verdadeiros guetos etários. Em nossos dias, é cada vez mais reafirmada a importância do contato com as gerações mais jovens, em virtude da preciosa oportunidade de aquisição de novos conhecimentos e valores da sociedade contemporânea. Então, se é importante que as gerações, como dissemos acima, reafirmem sua identidade etária através de uma organização grupal, as trocas de experiências intergeracionais são igualmente importante porque propicia um processo de co-educação (FERRIGNO, 2003, p. 206).

A meta central dos grupos de convivência é a socialização do idoso, ou, como talvez seja mais correto dizer, a sua ressocialização. Isso porque a grande maioria dessas pessoas teve uma intensa vida de relações sociais, empobrecida posteriormente, por fenômenos como aposentadoria, emancipação dos filhos, viuvez, falecimento e distanciamento de parentes, amigos e vizinhos. Em qualquer parte do mundo tais associações oferecem a preciosa oportunidade de se estabelecer vínculos afetivos e de compartilhar preocupações, angústias, sonhos e desejos com aqueles que vivem o fenômeno do envelhecimento. Acima de tudo, os grupos

de convivência respondem à necessidade básica do ser humano, em qualquer fase da vida, de se sentir pertencendo a uma determinada geração. Assim como os adolescentes têm sua turma, também os idosos sentem essa necessidade e têm esse direito. Os interesses e as experiências comuns que caracterizam a noção de geração explicam essa necessidade, pois segundo Mannheim (1952, p. 288), “pertencer a uma mesma geração determina certos pensamentos e comportamentos. Seus membros pensam e atuam de certo modo porque ocupam o mesmo lugar em uma estrutura global”.

Em razão de uma demanda muito intensa de integração, os Grupos de Convivência se constituíram como um primeiro modelo de trabalho social, caracterizado por atividades recreativas e de confraternização. Tais grupos se multiplicaram pelo país afora e ainda hoje representam importante fator de socialização principalmente para idosos de menores recursos econômicos e culturais. Aqueles com melhores condições econômicas e culturais tendem a freqüentar as chamadas “Faculdades Abertas para a Terceira Idade”, locais em que, além do convívio, buscam atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades.

O TRABALHO EM GRUPO COMO ESTRATÉGIA

Os centros e os grupos de convivência se organizam em torno de atividades permanentes que incentivam o convívio e o conseqüente desenvolvimento de habilidades nas relações interpessoais entre seus participantes. Na medida em que a atividade grupal é estruturada segundo interesses comuns, permite o aprendizado de novos conteúdos. O trabalho em grupo viabiliza a troca de experiências individuais, ato de suma importância para combater a marginalização social e contribuir para a participação e a auto-realização. O grupo possibilita o

compartilhamento das histórias individuais e a construção de uma história coletiva a partir do confronto de valores e ideologias. O grupo propicia o exercício de papéis, o enfrentamento de novos desafios e a busca da realização de sonhos comuns.

Na história da formação e desenvolvimento dos grupos de idosos, algumas características de organização e funcionamento são comuns:

- Elaboração de regulamentos internos e organização de diretorias formais e informais para administrar interesses específicos;
- Composição de colegiado e de comissões, definindo papéis para programar e operacionalizar atividades;
- Programação composta de atividades permanentes e especiais escolhidas a partir de interesses nas áreas cultural, social, recreativa, esportiva e comunitária;
- Atuação de alguma instituição pública ou privada, através de uma coordenação técnica permanente na organização e funcionamento do grupo.

Toda ação institucional apresenta dificuldades. Com o trabalho social com idosos não é diferente. Há instituições que mantêm grupos de convivência ou faculdade aberta à Terceira Idade apenas por uma questão de *marketing* social, ao invés de se empenhar na realização de um trabalho efetivamente transformador.

Freqüentemente surgem, no dia a dia, equívocos por parte da equipe técnica de instituições culturais que abrigam tais grupos em suas instalações. O primeiro deles minimiza a importância, para o idoso, do pertencimento a um grupo de pessoas de sua geração, embora seja essa uma necessidade do ser humano em todas as etapas de sua vida, pelas razões que já apontamos anteriormente. Nesse sentido, argumentam que o idoso deve participar das atividades previstas na

programação, nos mesmos moldes em que participam os demais associados à instituição cultural, isto é, sem estar necessariamente organizados em um grupo.

Além disso, mesmo admitindo a relevância do trabalho com grupos, desenvolvem a idéia de que as dificuldades para administrar os problemas que emergem dos grupos de convivência de idosos (assim como de outros grupos etários) trazem transtornos para o cotidiano da instituição.

Entre esses “transtornos”, está o receio de que os idosos possam se “apoderar” de espaços físicos e dificultar a participação de outros públicos. Mas, para que os idosos possam compartilhar os espaços das instituições com outros públicos, é preciso que os horários das atividades dos idosos nesses mesmos espaços sejam igualmente respeitados, o que nem sempre ocorre. Devemos ainda considerar que muitos problemas com grupos foram gerados não apenas por equívocos de suas lideranças, mas pelos próprios técnicos que no passado desenvolveram ações paternalistas junto ao público idoso.

Alguns profissionais se queixam que os idosos passam a reivindicar privilégios ou coisas inviáveis. Bem, sabemos que o grupo é sempre mais forte que o indivíduo e que, portanto, as solicitações grupais exigem esforço para serem administradas. Todavia, se reconhecerem a importância do processo grupal, os dirigentes de instituições sociais e culturais devem aceitar o desafio que implica a tolerância e a disposição para o diálogo com os idosos, assim como com crianças, adolescentes e adultos não-idosos, ou seja, com os demais públicos freqüentadores da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Os grupos e os centros de convivência não representam mais atividades experimentais. Os resultados dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos com os idosos transformaram os grupos em uma realidade que figura

entre as mais relevantes alternativas de ressocialização do idoso, de melhorias de sua qualidade de vida e de promoção da cidadania.

Considerando que participam desses grupos idosos independentes com potencial de autonomia, ou seja, idosos que ainda não foram afetados significativamente por barreiras ou limites que inviabilizam sua participação na vida comunitária, investir nos cuidados adequados a este segmento de idosos, é concretamente fazer prevenção da forma transparente. Aliás, esta é um tipo de ação preconizada tanto pela Política Nacional do Idoso, quanto pelo Estatuto do Idoso. Apesar da importância deste tipo de atividade, observa-se que os valores investidos pelo governo brasileiro na manutenção dos grupos são significativamente baixos.

Os grupos de convivência para idosos devem ser incentivados e valorizados na medida em que pertencer a um grupo é uma forma de proteção à vulnerabilidade que naturalmente acomete o idoso: isolamento e solidão, questões de saúde especificamente depressão e os mais diversos tipos de violência. O pertencimento a um grupo possibilita ao idoso o desenvolvimento de autonomia e independência.

Reconhecendo a necessidade da integração do grupo de convivência e das famílias dos idosos, e especialmente a integração intergeracional, os grupos devem encontrar espaço em sua rotina de atividades para a participação sistemática da família dos idosos, e ao mesmo tempo, viabilizar a participação dos demais integrantes do grupo nos encontros de família.

Como evidentemente o papel de protagonista sócio-político também cabe às mulheres, mesmo que estas se sintam “em casa” nos grupos de convivência, um dos objetivos do trabalho nestes grupos deve ser buscar uma abertura para o universo da política, sair de casa e viver experiências novas no plano coletivo, ou seja, fazer uma mudança no seu estilo de vida. Trata-se da integração

da mulher idosa à sua comunidade.

No momento, os grupos de convivência vêm passando por um processo de mudança de paradigma permitindo que co-existam atividades de lazer e socialização com a luta pela cidadania e a garantia de direitos. Esta conclusão fica ainda mais clara quando se considera que as regiões e estados brasileiros onde os idosos têm maior participação política, onde estão mais organizados, onde são protagonistas, os investimentos por parte do Estado são mais altos. Certamente a população que tem conhecimento dos seus direitos sabe reivindicá-los.

O processo de educação do ser humano não é uma etapa vinculada exclusivamente à infância ou à juventude. Além de buscar novos conhecimentos, educar-se é, essencialmente, buscar novas experiências de vida na convivência com os outros homens e mulheres e na perspectiva de fazer valer a sua vontade coletiva. Sempre é tempo de ser sujeito de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATTIAS-DONFUT, Claudine. Clubes para pessoas idosas: nascimento de uma nova força social. **Cadernos de Lazer**. São Paulo: SESC, 1976.
2. BRUNO, Marta R. P. Cidadania não tem idade. In: **Saúde e serviço social**. Org. BRAVO, Maria Inês *et al.* São Paulo: Cortez, 2004.
3. DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos**. Trad. Léa Manzir. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
4. DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. 4 ed. Trad. Lea Manzir. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
5. FERRIGNO, J.C. **Co-educação entre Gerações**. Petrópolis: Vozes/SESC SP, 2003.
6. GOLDIN, José R. **Autonomia, tomada de decisão**

e envelhecimento. 2006. Disponível em: <
www.ufrgs.br> Acesso em 9 de janeiro de 2006.

7. MANNHEIM, Karl. The problems of generations.
In: **Essays on the sociology of knowledge.** London:
Routledge and Paul, 1952.

8. NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da terceira
idade.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1997.

9. SALGADO, Carmen Delia Sanchez. Mulher idosa:
a feminização da velhice. In: **Estudos
Interdisciplinares sobre o envelhecimento.** Porto
Alegre, UFRGS, n.1, vol.4, 2002.

10.SOUZA, Herbert. Terceira idade e cidadania.
Boletim N° 10. SBGG/RJ. Junho 1996.

11. STELLA, Florindo. Funções cognitivas e
envelhecimento. In: **Tempo de envelhecer.** Org. PY,
Lígia *et al.* Rio de Janeiro: Nau, 2004.

12. ZIMERMAN, Guite. Grupos com Idosos. IN:
ZIMERMAN, David. E. e OSORIO, Luís Carlos.
Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artes
Médicas, 1997.

